



4º Encontro Nacional da Valorização das Corregedorias Administrativas

Governança Disciplinar, Práticas Investigativas e Tendências do PAD no Brasil

Híbrido, em Brasília e Online

24 horas de capacitação

Palestrantes

Convidados ✦



Data

17 a 19 de junho de 2026



**Vlória
Pompeu**



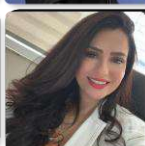
**Gilberto
Waller**



**Fabian
Maia**



**Sandro
Dezan**



**Muryell
Silva**



**Fernanda
Marinela**



**Marcos
Lindenmayer**

Sobre o Encontro Híbrido

O **4º Encontro Nacional da Valorização das Corregedorias Administrativas** consolida-se como um dos mais importantes espaços de formação especializada para profissionais que atuam na **integridade, responsabilização administrativa e governança disciplinar** no setor público brasileiro.

Sob coordenação técnica da **Profa. Dra. Vlória Pompeu**, reconhecida por sua trajetória e contribuição ao Direito Administrativo Disciplinar, o evento apresenta uma abordagem **aprofundada e atualizada** sobre temas centrais das corregedorias: **estruturação institucional, PAR e PAD, investigação contemporânea, prescrição, saúde mental, assédio, discriminação, conflito de interesses, jurisprudência significativa** e os impactos da **inteligência artificial** na apuração disciplinar.

Realizado em **formato híbrido**, com participação presencial em Brasília e transmissão simultânea online, o Encontro amplia o acesso à **capacitação qualificada**, contribuindo para a melhoria contínua da Administração Pública em todas as regiões do país.

Participe!

Acesse

www.ibvcvaloriza.com.br/curso/corregedoriasbrasil

O Encontro

4º Encontro Nacional da Valorização das Corregedorias Administrativas consolida-se como espaço de formação especializada voltado a profissionais que atuam na integridade, responsabilização administrativa e governança disciplinar no setor público brasileiro.

Promovido pelo **Instituto Brasileiro de Valorização e Capacitação – IBVC**, o Encontro reúne especialistas com experiência reconhecida, dirigentes de corregedorias, pesquisadores e autoridades públicas, estimulando abordagem preventiva, técnica e estratégica da atividade correcional.

Sob coordenação técnica da **Profa. Dra. Vlândia Pompeu**, o evento aborda conteúdos atualizados relacionados à estruturação institucional das corregedorias, Processo Administrativo Disciplinar (PAD), Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), investigação contemporânea, prescrição, saúde mental no contexto laboral, prevenção e enfrentamento ao assédio e à discriminação, gestão de conflitos de interesse, análise de jurisprudência relevante e impactos do uso de inteligência artificial na atividade correcional.

Realizado em **formato híbrido**, com participação presencial em Brasília e transmissão simultânea online, o Encontro amplia o acesso à capacitação qualificada e contribui para o aperfeiçoamento dos processos correccionais e para o fortalecimento dos mecanismos de governança e integridade.

A programação, distribuída em **24 horas** ao longo de **três dias**, contempla oficinas técnicas, debates orientados e análise de casos práticos, proporcionando ambiente estruturado para atualização profissional e intercâmbio de experiências.

Ao fortalecer a atuação das corregedorias, o Encontro reafirma o compromisso com a transparência, a eficiência administrativa e o aprimoramento contínuo da Administração Pública.

Objetivo

Promover a capacitação técnica de servidores que atuam em atividades correcionais, por meio da atualização normativa, do debate orientado sobre práticas institucionais e do compartilhamento de experiências, com vistas ao desenvolvimento das competências necessárias à condução qualificada de processos disciplinares e ao fortalecimento da governança, da integridade e da modernização administrativa no âmbito da Administração Pública.

Benefícios

Promover a capacitação técnica em atividades correcionais, por meio de exposições dialogadas, estudos de caso reais, análise de normativos atualizados e do compartilhamento de experiências institucionais, com foco na atualização normativa, no desenvolvimento das competências necessárias à condução de processos disciplinares e na adoção de práticas contemporâneas de governança, integridade e modernização administrativa.

O Encontro visa ao fortalecimento da qualidade dos procedimentos, mediante a padronização de entendimentos, o debate orientado sobre desafios recorrentes, a disseminação de boas práticas e a incorporação de metodologias aplicáveis à realidade dos órgãos públicos, contribuindo para o aprimoramento da conformidade institucional e para a elevação dos padrões de eficiência, ética e aderência aos princípios da Administração Pública.

Público-alvo

Destina-se a dirigentes, gestores e profissionais que atuam nas áreas de integridade, governança, responsabilização administrativa e controle no âmbito da Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, incluindo:

- Corregedorias e unidades de responsabilização;
- Procuradorias, assessorias e consultorias jurídicas;
- Unidades de controle interno, auditoria e conformidade;
- Ouvidorias públicas e áreas de governança;
- Comissões de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) e sindicâncias;
- Áreas de integridade, compliance, gestão de riscos e gestão de pessoas;
- Dirigentes máximos de órgãos e entidades;
- Profissionais de empresas públicas, sociedades de economia mista e entidades do Sistema S vinculados às áreas jurídica, de controle, integridade e governança.

Programação do Primeiro dia

Quarta-feira | 17 de junho de 2026 | das 8h30 às 18h10

Corregedorias Administrativas: Estruturação e Desafios

08h30 –
10h30

Oficina 1 – (2h)

O Papel Institucional das Corregedorias Administrativas e o “Medo de Errar”

Palestrante: **Profa. Dra. Vlândia Pompeu**, Corregedora dos Portos e Aeroportos

10h30 –
10h55

Pausa para descanso (25 min)

10h55 –
12h55

Oficina 2 (2h)

Saúde mental: a importante parceria entre a gestão e a correição

Palestrante: **Gilberto Waller**, Procurador Federal da Advocacia-Geral da União (AGU)

12h55 –
14h25

Intervalo para almoço (1h30)

14h25 –
16h05

Oficina 3 (1h40)

Corregedoria estratégica e interlocução com ouvidoria, auditoria e controle interno

Palestrante: **Gilberto Waller**, Procurador Federal da Advocacia-Geral da União (AGU)

16h05 –
16h30

Pausa para descanso (25 min)

16h30 –
18h10

Oficina 4 (1h40)

Nulidades no PAD: uma análise prática de decisões judiciais relevantes

Palestrante: Sandro Dezan, jurista, pesquisador e referência em hermenêutica do Direito Administrativo no Brasil.

Programação do Segundo dia

Quinta-feira | 18 de junho de 2026 | das 8h30 às 18h10

Aperfeiçoamento Técnico e Prática Disciplinar

08h30 –
10h30

Oficina 5 (2h)

PAR: dinâmica contemporânea e boas práticas

Palestrante: **Fabian Maia**, Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (CGU).

10h30 –
10h55

Pausa para o descanso (25 min)

10h55 –
12h55

Oficina 6 — Recebimento de denúncia, juízo de admissibilidade e os caminhos a seguir

Palestrante: **Muryell Freitas** | Corregedora da Infra S.A. e Especialista em Direito Administrativo e Integridade Pública

12h55 –
14h25

Intervalo para o almoço (1h30)

14h25 –
16h05

Oficina 7 (1h40)

Culpabilidade nas “novas infrações administrativas”

Palestrante: **Fabian Maia**, Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (CGU).

16h05 –
16h30

Pausa para o descanso (25 min)

16h30 –
18h10

Oficina 8 (1h40)

Processos disciplinares e prescrição

Palestrante: **Fernanda Marinela**, Procuradora-Geral da INFRA S.A.

Programação do Terceiro dia

Sexta-feira | 18 de junho de 2026 | das 8h30 às 18h10

Tendências Atuais e Inovações no PAD

08h30 –
10h30

Oficina 9 (2h)

Estratégias de investigação em redes sociais

Palestrante: **Fabian Maia**, Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (CGU).

10h30 –
10h55

Pausa para o descanso(25 min)

10h55 –
12h55

Oficina 10 (2h)

A centralidade da vítima na apuração disciplinar de assédio e discriminação

Palestrante: **Marcos Gerhardt Lindenmayer**, Corregedor-Geral do Estado de São Paulo.

12h55 –
14h25

Intervalo para o almoço (1h30)

14h25 –
16h05

Oficina 11 (1h40)

PAD e conflito de interesses

Palestrante: **Marcos Gerhardt Lindenmayer**, Corregedor-Geral do Estado de São Paulo.

16h05 –
16h30

Pausa para o descanso (25 min)

16h30 –
18h10

Oficina 12 (1h40)

IA e PAD: futuro da apuração disciplinar

Palestrante: **Vlândia Pompeu**, Corregedora dos Portos e Aeroportos.

A organização do evento se reserva o direito de ajustar a programação, caso seja necessário.

Coordenadora técnica e palestrante

Vlândia Pompeu Silva

Corregedora do Ministério dos Portos e Aeroportos

Doutoranda em Direito Constitucional (IDP). Mestre em Direito e Políticas Públicas (UniCEUB) e em Direitos Humanos (Universidad Pablo de Olavide – Espanha). Pós-graduada em Direito Público (UnB), Direito e Processo Tributários (UNIFOR) e Altos Estudos de Defesa (ESG). Possui MBA em Administração Pública (FGV).

Professora de Direito Administrativo na graduação e na pós-graduação. Colunista do Portal Migalhas. Realizou estudos em Fundamentos do Direito Americano na Thomas Jefferson School of Law (Estados Unidos) e em Direito Europeu na Università di Roma Tor Vergata (Itália). Atua como mentora em liderança pela ENAP e pela AGU. Idealizadora e cofundadora do Instituto Empoderar. Autora da obra **Políticas Públicas: conformação e efetivação de direitos** (2022).

Procuradora da Fazenda Nacional desde 2006. Ex-Procuradora do Estado do Pará. Ex-Corregedora da ANAC. Ex-Corregedora-Geral da AGU. Ex-Advogada-Geral da União Adjunta. Ex-Assessora Especial do Advogado-Geral da União. Ex-Diretora da Escola da AGU. Ex-Assessora do Diretor-Geral da ANTAQ.



Palestrantes convidados



Fernanda Marinela **Procuradora-Geral da INFRA S.A**

Advogada, sócia do escritório Marinela & Nicholas Advogados. Autora de diversas obras jurídicas, com destaque para *Manual de Direito Administrativo* e *Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, publicados pela Editora JusPodivm.

Foi Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no período de 2021 a 2023. Na Ordem dos Advogados do Brasil, exerceu relevantes funções institucionais, incluindo a Presidência da OAB/AL, o cargo de Conselheira Federal em duas oportunidades, a Presidência da Comissão Nacional da Mulher Advogada e a Coordenação Nacional de Comunicação.

É organizadora do *Vade-Mécum dos Direitos da Mulher* (Editora Fórum), obra de referência na sistematização da legislação voltada à proteção dos direitos das mulheres.

Atua como professora em cursos livres a distância e em programas de capacitação de servidores públicos, com destaque para cursos ministrados no Supremo Tribunal Federal (STF). Exerce, ainda, a Presidência do Instituto Cultural para a Difusão do Conhecimento Jurídico (INJUR), desde 2009.



Murvell de Freitas Silva **Corregedora da Infra S.A. | Especialista em Direito Administrativo e Integridade Pública**

Graduada em Direito, com inscrição na OAB/DF, e em Administração de Empresas, com registro no CRA/DF, possui pós-graduação em Direito Administrativo e especialização em Inteligência Competitiva e Contrainteligência Corporativa.

Empregada pública e Analista da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), exerce, há quatro anos, a função de Corregedora da Infra S.A., com atuação voltada ao fortalecimento das atividades correcionais e da integridade institucional.

Atua, ainda, como professora de pós-graduação na área de Corregedoria, com ênfase em integridade pública, responsabilização administrativa e governança pública.



Fabian Gilbert Saraiva Silva Maia
Auditor Federal de Finanças e Controle da CGU

Advogado, graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em 2005. Possui trajetória profissional consolidada na área correcional e de responsabilização administrativa.

Na Controladoria-Geral da União, exerceu as funções de Assistente Técnico da Corregedoria-Adjunta da Área Social, Corregedor Setorial das Áreas de Transporte, Portos e Aviação Civil, Coordenador-Geral de Instrução e Julgamento de Entes Privados e Diretor de Responsabilização de Agentes Públicos, com atuação em atividades de análise, supervisão e julgamento de procedimentos disciplinares.

Atuou como Assessor da Presidência da Fundação Estadual da Criança e do Adolescente do Rio Grande do Norte, Assessor Parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte e Secretário de Trabalho, Habitação e Assistência Social do Estado do Rio Grande do Norte.

Exerceu, ainda, os cargos de Analista Administrativo da Defensoria Pública da União e Analista Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

Possui experiência nas áreas de correição, responsabilização de agentes públicos, políticas públicas e gestão administrativa, com atuação voltada à prevenção e ao tratamento de irregularidades na Administração Pública.

Gilberto Waller Junior
Procurador Federal da Advocacia-Geral da União (AGU)



Corregedor-Geral da União na Controladoria-Geral da União (CGU), responsável por definir, gerir, coordenar, avaliar, padronizar, sistematizar e normatizar os procedimentos relacionados às atividades correcionais no âmbito do Poder Executivo Federal.

Exerceu os cargos de Ouvidor-Geral da União e Ouvidor-Adjunto da União, com atribuições de planejamento, direção, coordenação e supervisão das atividades de ouvidoria do Poder Executivo Federal, incluindo o acompanhamento de resultados, a consolidação de informações e a elaboração de relatórios estatísticos, além do assessoramento direto ao Ministro de Estado.

Atuou como Corregedor Setorial dos Ministérios da Fazenda, dos Transportes e da Integração Nacional, sendo responsável pela coordenação, supervisão e análise das atividades correcionais desses órgãos.

Foi Subprocurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada do INSS, no âmbito do Ministério da Previdência Social, coordenando as atividades jurídicas da autarquia.

Exerceu, ainda, a função de Corregedor-Geral do INSS, com responsabilidade pela coordenação, instauração e julgamento de Processos Administrativos Disciplinares.

Possui ampla experiência em correição, ouvidoria, responsabilização administrativa e governança pública, com atuação estratégica no fortalecimento dos mecanismos de controle e integridade da Administração Pública.



Sandro Dezan

Jurista, Pesquisador e Líder em Hermenêutica do Direito Administrativo no Brasil

Advogado. Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e em Direito pela Universidade Vila Velha (UVV). Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Doutor em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (UnICEUB), Doutor em Ciências Jurídicas Públicas pela Universidade do Minho (Portugal) e Doutor em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória.

Professor Titular de Direito Administrativo na graduação em Direito e nos cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-graduação em Direito (PPGD) do UniCEUB. Investigador não integrado do Centro de Investigação da Universidade do Minho (JusGov, JusCrim e DH-CII). Professor no Programa de Pós-graduação Lato Sensu da Escola Superior da Polícia Federal.

Possui experiência na área do Direito Público, com atuação em Direito Constitucional, Direito Administrativo, Filosofia do Direito, Direitos Humanos e Direitos e Garantias Fundamentais, Direito Penal e Direito Processual Penal. Atua como líder do Grupo de Pesquisa Hermenêutica do Direito Administrativo e Políticas Públicas, vinculado ao PPGD do UniCEUB, dedicando-se atualmente ao estudo da Teoria da Decisão Administrativa.

Marcos Gerhardt Lindenmayer

Corregedor-Geral do Estado de São Paulo



Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (CGU), com atuação em funções estratégicas, incluindo os cargos de Chefe de Gabinete da Ouvidoria-Geral da União e Diretor de Supervisão e Articulação Institucional de Ouvidoria, participando de iniciativas relevantes nas áreas de governança, integridade e proteção de dados no serviço público federal.

Atualmente exerce o cargo de Corregedor-Geral do Estado de São Paulo, sendo responsável pela supervisão das ações correicionais, pela condução de processos de responsabilização administrativa e pela coordenação de acordos de leniência envolvendo pessoas físicas e jurídicas.

Na Corregedoria-Geral do Estado de São Paulo, lidera a formulação e a execução de políticas correicionais, promove o aprimoramento das práticas investigativas e fortalece os instrumentos de responsabilização administrativa, contribuindo para o aumento da eficiência, da transparência e da integridade na Administração Pública.

É mestre em Administração Pública pela Universidade de Brasília (UnB) e bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Modalidade On-line: Investimento

R\$ 2.490,00 (Dois mil quatrocentos e noventa reais) por participante.

Inclusos no On-line

- **Acesso à Plataforma Exclusiva IBVC Valoriza:** Portal de capacitação com conteúdos complementares, ferramentas interativas e suporte dedicado para potencializar seu aprendizado.
- **Palestras Online e Ao Vivo:** Sessões em tempo real com especialistas do setor, com espaço para perguntas e troca de experiências.
- **Apostila Digital Exclusiva:** Material completo e aprofundado, desenvolvido especialmente para o curso.
- **Certificado de 24 horas:** Emitido pela plataforma, confirmando participação e carga horária total do programa.
- **Acesso às Gravações:** Possibilidade de assistir novamente às aulas e palestras no momento desejado, garantindo flexibilidade e melhor aproveitamento do conteúdo.

Formato On-line



- **Ambiente Virtual:** Plataforma ZOOM
- **Duração:** 24 horas, distribuídas em 3 dias
- **Datas:** 17, 18 e 19 de junho de 2026
- **Horário:** Das 8h30 às 18h10 (com pausas programadas e intervalo de almoço)
- **Modalidade:** Online, com transmissão ao vivo, atividades orientadas e espaço para interação

O formato online oferece uma experiência estruturada e acessível, permitindo a participação de profissionais de todas as regiões. A programação contempla exposições técnicas, demonstrações práticas, conteúdos orientados e momentos destinados a perguntas e esclarecimentos, favorecendo o aprofundamento dos temas apresentados.

Pagamento

O pagamento da inscrição deve ser efetuado em parcela única, por emissão de Nota de Empenho, Ordem de Compras ou Transferência, em nome de **Instituto Brasileiro de Valorização e Capacitação – IBVC LTDA** (CNPJ nº 48.205.748/0001-57), no seguinte banco credenciado:

CAIXA Caixa Econômica Federal
Agência: **2974**
Conta Corrente: **571574881-6**

 **Telefone:** (41) 3621-2498
 **WhatsApp:** (41) 99664-8124